

Não é do ramo

JORNAL DE BRASÍLIA

Quem teve a honra de fazer a leitura do orçamento geral da União para 1987, na sessão extraordinária do Congresso Nacional, foi o senador João Lobo, do PFL piauiense. Um momento solene na vida pública do Brasil, ocorrido às 18h30 de terça-feira. Afinal, o orçamento geral da União constitui um avanço democrático sobre o orçamento fiscal. Trata-se de uma construção orçamentária unificada, pois amarra nas mesmas contas de receita e despesa os agregados financeiros do orçamento monetário. Até 1985, o fiscal e o monetário funcionavam como orçamentos isolados ou estanques — patrocinando manipulações não controláveis ao longo do exercício. Os rombos do orçamento fiscal eram cobertos por repasses ou injeções do orçamento monetário, dando ao Executivo o pleno poder de gastar o dinheiro que não tinha em coisas de que o Brasil até nem precisava.

Agora, com o orçamento geral (fusão do monetário com o fiscal), estamos praticando um exercício saudável da transparência orçamentária. Primeira possibilidade de algum controle político ou social sobre a administração dos cofres públicos, vulgo dinheiro do povo.

Palavra Final

Orçamento nacional é coisa muito séria. Ele dá a exata medida do que o Governo vai fazer no ano que vem. E sua tramitação pelas 22 comissões da Câmara e 17 comissões do Senado permite aos representantes do povo interferir na armação do "plano de voo" da União: o Congresso não pode aumentar o tamanho do bolo, mas pode redistribuir melhor as fatias do bolo.

Sem essa participação direta do Legislativo, o Executivo acaba ditando a seleção das prioridades nacionais e a exe-

cução dos programas de Governo a partir de algum gabinete encharcado de álgebra, tocado por meia dúzia de tecnocratas investidos da "palavra final" em matéria de formulação dos objetivos sociais. Como nas melhores autocracias.

Dois Mais Dois

O orçamento nacional deve ser levado a sério, mas o Congresso brasileiro não se faz respeitar. A leitura do orçamento geral da União, terça-feira, às 18h30, contou com a presença, em plenário, de dois deputados e de dois senadores.

O grande resto continua não sendo do ramo.

Ultimo Agiota

Se depender da proposta orçamentária, o congelamento dos preços por Decreto-Lei vai durar, no mínimo, até 31 de dezembro do ano que vem. Simplesmente porque as contas de receita e despesa estão comprometidas com uma inflação igual a zero. Os empresários já receberam esse recado: o Governo não vai descongelar coisa alguma, com ágio ou sem ágio.

O ministro Dilson Funaro reafirma:

A população brasileira pode apostar na manutenção do congelamento por prazo bem maior que o imaginado em março ou abril. O descongelamento só virá quando os custos (e não apenas os preços) estiverem estabilizados no conjunto da economia brasileira. Logo, quem vai marcar a data para a sultura dos preços, sem o risco de uma recarga inflacionária, é o próprio mercado e não o Governo. Até aqui, a cobrança do ágio demonstra que a mentalidade inflacionista de certas pessoas e de certas empresas ainda não foi destruída. O descongelamento terá de aguardar a aposentadoria do último agiota".

A inflação brasileira está reprimida, mas não suprimida. Ela se manifesta na cobrança do ágio, vulgo "inflação socialista". E o mais grave: ela resiste nas causas ainda não removidas. A principal delas, que não é a única, mas é a maior: o "déficit" público.

Transparente ou explícito, o buraco lunar para 1987 está projetado para 2,5% do PIB, qualquer coisa parecida com Cz\$ 95 bilhões. A contratação desse "déficit" nas colunas do orçamento geral da União revela que o Governo esgotou a possibilidade de reduzir as despesas e não se atreve a inventar novas receitas. O buraco de Cz\$ 95 bilhões terá de ser financiado com títulos da dívida pública. Com emissões de moeda ou com poupança alheia, vulgo dívida externa. Trata-se de um processo de realimentação do "déficit", que tem exatamente nos encargos financeiros das dívidas passadas a sua expressão matematicamente exata: Cz\$ 100 bilhões.

O Governo vai ter no custo financeiro da dívida praticamente o mesmo dispêndio exigido pelo funcionalismo público, folha de pagamentos projetada para Cz\$ 105 bilhões.

Cavalo Xucro

Única saída honrosa: a redução dos gastos, via reforma administrativa, que começa agora pela edição de oito decretos presidenciais. A matéria é tão abrasiva que o Ministério da Administração, mal instalado, acaba de ser transformado em Secretaria da Administração Pública, subordinada diretamente, por dentro do Palácio, ao gabinete da Presidência da República.

Objetivo político: dar força palaciana ao projeto, tentativa de levar o Governo a governar-se: